

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

Nº 425=

SENHOR PRESIDENTE

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PACTO MUNICIPAL PARA O COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO DUVENIL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO.

APRESENTAMOS À CONSIDERAÇÃO DA CASA O SEĞUINTE PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do município de Ribeirão Preto, em consonância com o disposto no art. 227 da Constituição Federal, o pacto municipal para o combate à exploração sexual infanto juvenil no município de Ribeirão Preto.

Art. 2º - Considerando que a cidade de Ribeirão Preto se tornou uma cidade referência na realização de grandes eventos turísticos, tem o Pacto Municipal o objetivo de mobilizar o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Polícia Civil, Polícia Militar e demais setores da sociedade para disseminar a importância de combater a exploração sexual infanto juvenil em nosso município.

Art. 3º - O pacto municipal de que trata a presente lei tem como finalidade além do disposto no art. 2º realizar as seguintes ações:

 Desenvolver estudos quantitativos e qualitativos para análise da situação de violência sexual infanto-juvenil no município;

EXPEDIENTE:

ATON° OF. N° DATA / / FUNCIONÁRIO I



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

- Desenvolver campanhas de sensibilização e mobilização da sociedade, em especial a mídia e os segmentos que comprovadamente representam fatores de risco à população infanto-juvenil;
- III. Fortalecer articulações de combate à violência sexual;
- IV. Promover mecanismos de exigibilidade dos direitos (defesa jurídica) às vítimas da violência sexual infanto-juvenil;
- V. -Garantir o atendimento adequado para crianças, adolescentes e familiares em situação de violência sexual;
- VI. Integrar as Políticas Sociais Básicas consolidando redes de atenção às crianças, adolescentes e famílias violadas sexualmente;
- VII. Promover a participação proativa dos segmentos jovens na construção e implementação dos planos operativos locais voltados ao enfrentamento da violência sexual;
- VIII. Apoiar as iniciativas locais voltadas ao atendimento especializado das vítimas do tráfico e exploração sexual nos campos da assistência social, educação, saúde, qualificação profissional e geração de trabalho e renda;
 - IX. Desenvolver os instrumentos de comunicação social como estratégia de visibilidade e controle social das situações que representem risco ou ocorrência de violações dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, em especial no tocante a integridade física e psíquica;
- Art. 4º O pacto municipal de que trata a presente lei poderá ser coordenado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, ou ainda, pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no caso de impossibilidade da primeira.

EXPEDIENTE:



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Art. 5º - A presente lei será objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

Art. 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão:

 I – À conta das dotações próprias, constantes do orçamento municipal em vigor, suplementadas se necessário;

 II – Recursos advindos de convênios ou parcerias a serem firmados com entidades públicas, privadas e Organizações Não Governamentais (ONG's).

Art. 7 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2014.

Gláucia Berenice

Vereadora

EXPEDIENTE: